

Audiência do Ministro das Comunicações no Senado, em 16/03/2011¹

O Ministro Paulo Bernardo, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, realizada em 16 de março de 2010, apresentou as diretrizes e programas prioritários do Minicom, iniciando sua fala com a menção de que o atual desafio institucional do órgão é “fortalecer o Ministério e sua capacidade de formulação de políticas públicas para o setor de comunicações”.

Em seguida, apresentou uma nova unidade que está sendo criada dentro do Ministério, que é a Secretaria de Inclusão Digital, ao lado das já existentes Secretaria de Telecomunicações e de Comunicação Eletrônica. A inclusão digital está entre os principais projetos do Minicom, cujo papel será de coordenar o trabalho, que, segundo o Ministro, envolve de dez a doze ministérios como, por exemplo, Cultura, Educação e Desenvolvimento Agrário.

Foram apresentados também alguns números do setor, com destaque para: quase 203 milhões de acessos móveis, quase 13 milhões de acessos a banda larga fixa; lembrando que este último número é de 2009, havendo um dado mais atual fornecido pelo setor². Nesse sentido, muito embora o Brasil tenha se tornado o quarto maior mercado de computadores do mundo, o Ministro ressaltou a existência de uma defasagem entre computadores com acesso a internet e total de computadores; desigualdades regionais no acesso à Internet. Foram também mostrados alguns números sobre a penetração atual da TV por assinatura, mas sem necessariamente fazer uma correlação às demais informações.

Paulo Bernardo enumerou os principais projetos do Minicom que, além da inclusão digital, compreendem: Programa Nacional de Banda Larga – PNBL; Implantação da TV Digital; Marco regulatório das comunicações eletrônicas; Copa das Confederações, Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 (garantia de infra-estrutura e legados); Operacionalização das delegacias regionais do Ministério;

O PNBL já havia mencionado no início da audiência, no sentido em que sua continuidade é uma prioridade da Presidente Dilma Rousseff. Com efeito, o Ministro dedicou um segmento à apresentação das ações em curso e aquelas planejadas para implantação do PNBL.

Ações já realizadas do PNBL: Leilão da Banda H (beneficia 75% dos municípios com menos de 30 mil habitantes); Inclusão dos Modems na Lei do Bem; Redução a zero do IPI de equipamentos com tecnologia nacional; Fibras ópticas no Trem de Alta Velocidade e discussão de outras ferrovias – ou seja, o Minicom já está discutindo que, nas obras públicas (e não

¹ Relato preparado pelo pesquisador Clay Teles – Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações/UnB.

²Os dados apresentados podem ser obtidos no endereço: http://www.mc.gov.br/images/noticias/ppt/MinisterioComunicacoes_CCTSenado16mar2011_FINAL.ppt
[X](#)

apenas na obra do Trem de Alta Velocidade), já seja construída infra-estrutura de fibras óticas; Elevação do orçamento do FUNTTEL (de R\$ 40 para 200 milhões); Reativação da Telebrás.

Para 2011, estão programadas diversas ações, com destaque para: Desoneração dos *tablets*, dando a eles um tratamento equiparado ao dos computadores; Redução do preço da banda larga para o usuários; Cobertura de 1.163 municípios pela Telebrás (49% da população brasileira); Licitações de radiofrequência para promover competição no acesso em banda larga (incluindo a licitação que ainda tem gerado certa polêmica com operadoras, da faixa de 450 MHz, para áreas rurais); Linhas de financiamento para pequenos e médios prestadores de serviços de telecomunicações e LAN Houses. O Minicom estima que, em 2014, serão atingidos quase 40 milhões de domicílios, oferecendo-se banda larga a um preço médio de R\$15,00.

O Ministro também deu destaque para o PGMU III. Dentre as ações e projetos previstos, constam: Telefone público em todas as escolas e postos de saúde rurais; Atendimento a 89 mil locais como assentamentos rurais, aeródromos e comunidades quilombolas e indígenas, entre outros; Telefonia fixa a baixo custo para beneficiários do Bolsa-Família (AICE: Acesso Individual - Classe Especial); Competição e redução de custos da banda larga no atacado e no varejo.

Quanto à radiodifusão, uma das metas é tornar mais simples, rápidos e transparentes os passos do processo de outorga de radiodifusão. Em primeiro lugar, o Minicom passou para a Anatel a fiscalização dos serviços. Aspectos técnicos já eram tarefa da Anatel; no caso da fiscalização de conteúdo, a Anatel vai executar uma tarefa do Ministério, por delegação, e devolver a ele os autos.

Dentre os projetos, também há um regulamento de sanção. Atualmente, o CBT prevê que qualquer sanção possa ser expressa em multa, mas o Minicom considera que é pouco efetivo, dado os pequenos valores. Seria importante, portanto, haver um critério progressivo (baseado em reincidência, e.g.), e a imposição de sanções mais graves, como eventual suspensão da outorga do serviço.

Também está programada a modernização das regras sobre autorização de alteração de características técnicas. Hoje, se uma emissora tem sua antena quebrada, é preciso pedir uma nova autorização, sob pena de estar prestando serviço de radiodifusão sem autorização do Executivo. O Ministro propõe que deve haver regras mais flexíveis sob esse aspecto.

O Ministério também pretende, nos próximos dias, divulgar o Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária. Há aproximadamente mais de 400 municípios que não tem qualquer tipo de emissora, e as RC podem suprir essa deficiência. O Minicom pretende publicar nove editais de licitação, e, o quanto antes, um calendário da publicação desses editais.

Por fim, Paulo Bernardo considera necessária a revisão dos critérios outorga de radiodifusão educativa e retransmissoras de TV. Atualmente, não há um critério definido na lei. Portanto, o Minicom pretende delimitar quais os critérios para outorga, como o critério de desempate entre dois ou mais interessados, por exemplo.

O último ponto abordado na apresentação foi o Marco Regulatório das Comunicações Eletrônicas. Esse tema havia sido objeto de um grupo de trabalho no Governo Lula, encabeçado pelo Ministro Franklin Martins. O anteprojeto resultante foi revisado minuciosamente, e o Minicom o enviará para a Casa Civil, para ser encaminhado ao Congresso. Possivelmente, e esse é posicionamento do Minicom, seria feita uma consulta pública sobre o teor do anteprojeto. Além disso, está-se iniciando a revisão e discussão da legislação em vigor – o CBT completa cinquenta anos em breve.

Planeja-se, também, a revisão da política industrial, fortalecendo-se a cadeia de serviços e equipamentos de telecomunicações.

Links

Gravação da audiência pela TV Senado. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/tv/plenarioComissoes.asp?pagina=4&IND_ACESSO=S&cod_midia=62701&cod_video=60201

O link acima conduz a uma página que dá acesso a vídeos com outros trechos da audiência. Deve-se notar que o link *“16/03 CCT: Min. Paulo Bernardo cita pesquisa que descobriu que muitas pessoas não têm Internet por causa do alto custo”* não leva ao vídeo correspondente.

Arquivo contendo slides apresentados pelo Ministro das Comunicações. Disponível em: http://www.mc.gov.br/images/noticias/ppt/MinisterioComunicacoes_CCTSenado16mar2011_FINAL.pptx